



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2017 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE

Acta nº 6/2017

Aprovada em 27/12/2017

No dia vinte e sete de Dezembro de dois mil e dezassete teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a reunião da sexta sessão ordinária de 2017 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – ABERTURA

Informações do Presidente

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara;

1.1. Debate

- Intervenções dos Líderes;
- Intervenções dos deputados;
- Respostas do Presidente da Câmara;

2. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) relativo ao ano de 2017, a liquidar e cobrar em 2018;

3. Derrama do ano de 2017 a liquidar e cobrar em 2018;

4. Participação Variável no IRS para 2018;

5. Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2018;

6. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 da Câmara Municipal de Coimbra:

- Delegação de Competências Municipais nas Uniões e Juntas de Freguesia
- Norma de Controlo Interno
- Regulamento Interno de Fundos de Maneio
- Mapa de Pessoal
- Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;

7. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e Mapa de Pessoal;

8. Plano de Actividades e Instrumentos de Gestão Previsional de 2018 e tarifário para 2018 da "AC, Águas de Coimbra, EM" (conhecimento);

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos directos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Isabel Vargues, Hernâni Caniço, Victor Parola, Rosa Isabel, Luís Silva, António Correia, Ângela Pinto Correia, Juvenal Sousa, Rui Claro e Isabel Garcia.

Presidentes de Junta de Freguesia: João Marques, José Santos, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel, Manuel Veloso, Jorge Veloso, António Coelho, Horácio Costa e Joaquim Pereira.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Eleitos directos

Nuno Freitas, José Rodeiro, Paula Alves, Carolina Patrício e Rui Marques.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Presidentes de Junta de Freguesia: Francisco Andrade, José Filipe, João Campos e José Simão.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos directos

Joana Dourado, Pinto Ângelo, Filipa Malva e Victor Carvalho.

Presidentes de Juntas de Freguesia: António Lopes e Jorge Mendes (não tendo comparecido).

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Eleitos directos

Filomena Girão, Daniela Gonçalves, João Aldeia, João Orvalho e Carlos Silva.

Presidente de Junta de Freguesia: Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos directos

Lúcia Santos, Pedro Filipe e Tiago Mariz.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos directos

Serafim Duarte e Pedro Rodrigues.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara, Manuel Machado, estiveram presentes os Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Jorge Alves, Carina Gomes, Madalena Abreu, Paula Pêgo, José Silva e Francisco Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Francisco Andrade, como Primeiro Secretário e Victor Carvalho, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de renúncia de mandato, nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, bem com os pedidos de suspensão de mandatos nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Deputado municipal **Manuel Rocha**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela deputada municipal **Joana Dourado**;

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Deputado municipal **José Albino**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela deputada municipal **Daniela Gonçalves**;

Deputada municipal **Mª dos Prazeres Francisco**, pedido de suspensão de mandato, por 3 meses, tendo sido substituída, pelo deputado municipal **João Orvalho**;

Grupo Municipal (CDS-PP):

Deputada municipal **Helena Mendes**, pedido de suspensão de mandato, *por 3 meses*, tendo sido substituída, pelo deputado municipal **Tiago Mariz**;

Grupo Municipal (CpC):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deputada municipal **Graça Simões**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituída, pelo deputado municipal **Pedro Rodrigues**.

Movimento do Partido da Terra (MPT):

Deputado municipal **Rui Campos**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, *não tendo sido substituído, por não existir nenhum substituto*.

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1 artigo 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13º e, do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

I – ABERTURA

Informações do Presidente

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 06:26 a 15:12 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Declarou aberta formalmente a 6ª sessão ordinária de 2017, uma vez que havia quórum, submetendo de imediato a “Ordem de Trabalhos” à votação, tendo sido provada por unanimidade, pedindo, no entanto, aos deputados municipais que cumprissem as normas estipuladas no Regimento, relativamente à gestão dos tempos;
- Mais disse que tinha sido eleito como Presidente da Assembleia da CIM-Região de Coimbra fruto da confiança de todos os representantes da Assembleia Municipal, agradecendo e afirmando que esta eleição o honrava muito e honrava a cidade;
- Informou que tinha recebido uma proposta do deputado municipal Nuno Freitas representante do Grupo Político do PSD, sobre “*Um novo modelo para a descentralização de competências nas juntas de freguesia de Coimbra*” e que a mesma passaria a ser discutida no Ponto 6;
- Disse haver uma “*Ordem de Trabalhos*” relativamente extensa e que a Mesa entendia que esta sessão pudesse ser repartida, mas que chegados ao ponto das GOP’s a Assembleia Municipal decidiria se se faria a discussão de todos os pontos da “*Ordem de Trabalhos*” ou se interromperia e passaria para uma outra sessão;
- Apelou ainda que fizessem chegar à Mesa os nomes dos oradores de cada Grupo Político, para cada ponto da “*Ordem de Trabalhos*” e que dispunham dos “*tempos*” estabelecidos na mesma.

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

Intervenção do deputado municipal Pedro Rodrigues (CpC): [\(áudio 15:40 a 20:19 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Saudou a iniciativa da criação do Centro Municipal de Integração Social porque tinha vindo a acabar com a indignidade da distribuição de comida às pessoas mais carenciadas na via pública, saudando, o trabalho desenvolvido pelos técnicos da Câmara Municipal de Coimbra e de outras instituições públicas e privadas, mas tinham detectado 4 problemas graves e de resolução fácil na sua forma de funcionamento tais como: a existência de filas de utentes na via pública; a falta de instalações sanitárias; a configuração das instalações e as características do revestimento; o incumprimento dos objectivos complementares ao apoio alimentar.

Intervenção do deputado municipal Pedro Filipe (CDS-PP): [\(áudio 20:58 a 26:05 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que era fundamental para a vivência quotidiana do espaço público, um serviço de limpeza urbano, eficaz e eficiente e que também era fundamental que a Câmara Municipal tivesse recursos para programar, executar e controlar todas as operações associadas à gestão de resíduos sólidos urbanos porque, no seu entender, Coimbra podia e devia ser uma referência.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 27:25 a 30:24 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Começou por abordar a pertinência e a relevância que representavam as Comissões Permanentes da Assembleia Municipal, enquanto estruturas regimentais com funções específicas e por isso entendia que não se deveria interpretar a função das Comissões Permanentes, como arma de arremesso partidário que tivesse o intuito de obstaculizar, a função executiva camarária, mas sim como uma estrutura que potenciava a acção executiva em favor dos cidadãos, defendendo-os e valorizando a cidade e o concelho, aplicando os direitos humanos, inovando a dinâmica política, estimulando o consenso e relevar o interesse porque a promoção do consenso que envolvia todas as forças políticas, fortalecia os grandes desafios inadiáveis que Coimbra transportava para as novas gerações.

Intervenção do deputado municipal Victor Carvalho (CDU): [\(áudio 30:45 a 33:36 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Em nome da CDU solicitou a melhoria das condições do Centro de Saúde da Fernão de Magalhães, que servia cerca de 28 mil utentes e, apesar de apesar de recentemente terem sido gastos cerca de 150 mil euros na abertura de uma Unidade de Saúde Familiar (USF), esta não tinha vindo a resolver a situação de fundo, mas sim criar desigualdades entre utentes que se prendia entre outros, com as dificuldades de gestão de saúde na área de intervenção do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego (ACES), devido aos poucos recursos e à carências de pessoal, e exigiu, em particular, a construção urgente de novas instalações, a abertura nas Unidades de Cuidados de Saúde (UCSP) e nas Unidades de Saúde Familiar (USF) de serviços ao fim de semana na área do Agrupamento dos Centros de Saúde do Baixo Mondego (ACES);
- Terminou afirmando que a CDU confirmava, mais uma vez, que havia necessidade de mais investimento no Serviço Nacional de Saúde (SNS), que vinha sendo subfinanciado em consequência da prática de políticas de direita, levadas a cabo por sucessivos Governos, e que era urgente dar uma resposta mais ampla e de maior proximidade e qualidade nos cuidados de saúde primários das populações.

Intervenção do deputado municipal Rui Claro (PS): [\(áudio 34:24 a 40:34 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Disse que a reeleição de Manuel Machado como Presidente do Conselho Directivo da ANMP, era motivo de orgulho pelo mandato desempenhado e, de enorme responsabilidade para o mandato que aí lhe tinha sido renovadamente confiado, estando certo que seria um mandato profícuo, à semelhança do transacto, com o claro propósito de contribuir para assegurar uma adequada descentralização de diversas competências da Administração Central para a Administração Local, em áreas tão diversas como a Educação, o Apoio Social, a Saúde ou a Protecção Civil;
- Mais disse que não se deveria esquecer que "*O poder local, próximo das populações, actua de forma concertada, articulada e preventiva, no sentido de resolver os problemas locais, uma vez que é a este nível que se identificam as necessidades, os recursos e as potencialidades. Por isso, a descentralização administrativa, designadamente nas áreas da educação e das políticas sociais, deve constituir-se em desígnio nacional. Contudo, só as transferências de competências com carácter definitivo e universal respondem ao princípio da descentralização territorial, tendo de ser acompanhadas dos meios e recursos financeiros que assegurem a sua concretização.*";
- Terminou destacando quatro medidas, que na sua essência traduziam bem o carácter, a dedicação e a determinação de liderança de Manuel Machado: 1 - Quadro Comunitário de Apoio — Portugal 2020; 2 - Tribunais Judiciais — Mapa Judiciário; 3 - Fundo de Apoio Municipal – FAM; 4 - Centro de Estudos e Formação Autárquica — CEFA.

Intervenção do deputado municipal Rui Marques (PSD): [\(áudio 42:51 a 44:16 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Disse que o PS tinha elegido como primeira prioridade valorizar Coimbra e por isso, o Executivo na linha de continuidade dos últimos 4 anos, dizia ter conseguido transformar um Município endividado, numa Câmara capitalizada para apoiar a actividade empresarial e captar investimento e por isso deveria ter sido capaz de acabar com alguns bloqueios, nomeadamente; Metro Bus; Requalificação da Estação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

de Coimbra B; Palácio da Justiça: Construção de raiz do novo Centro de Saúde da Avenida Fernão de Magalhães; Via Central; Reabilitação do Centro Histórico;

- Terminou afirmando, que o PSD continuava atento e há espera que nos próximos 4 anos, Coimbra se tornasse numa cidade cosmopolita, atractiva e de investimento de negócios.

Intervenção do deputado municipal Luís Silva (PS): ([áudio 44:52 a 47:38 minutos – 1ª gravação](#))

- Lançou um repto e um apelo a todos os membros da assembleia municipal, para que houvesse união na defesa de mais investimento público para a cidade de Coimbra e para a Região Centro porque era essencial que Coimbra se afirmasse no plano nacional, porque a grande verdade era que Coimbra tinha que fazer o seu investimento local no sentido de pressionar os vários governos, de todas as cores políticas, que sucessivamente tinha negligenciado todas as regiões do país que não, as duas grandes metrópoles nacionais;
- Terminou dando os parabéns ao Presidente da Câmara pela reeleição como Presidente da ANMP.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): ([áudio 48:12 a 50:28 minutos – 1ª gravação](#))

- Disse que as condições de trabalho e profissionais dos efectivos do corpo de bombeiros sapadores de Coimbra, e pelas terríveis razões por todos conhecidas, incensavam o seu relevante trabalho e que era tempo de alertarem para a sua situação e de exigirem publicamente que se acelerassem as medidas que urgiam tomar e se melhorassem as condições de fardamento que desonravam o município e se resolvesse, por uma vez, a falta de pessoal, porque os bombeiros municipais ressentiam-se, e que nos deveríamos sentir envergonhados;
- Terminou afirmando que importava que a carreira fosse, de novo, reposta, porque a inexistência de chefes numa estrutura necessariamente hierarquizada, levava a que as funções destes fossem exercidas por bombeiros em postos inferiores, sem que fossem reconhecidas as suas categorias, por isso a CDU exigia que fossem reconhecidas as carreiras e categorias deste corpo de profissionais.

Intervenção da deputada municipal Isabel Garcia (PS): ([áudio 51:12 a 54:12 minutos – 1ª gravação](#))

- Disse que, no âmbito do Ano Europeu do Património Cultural já era possível consultar a plataforma oficial da Direção-Geral do Património Cultural, dando como exemplo, o projecto “*Lugares Património Mundial do Centro de Portugal*”, projecto esse que unia e valorizava conjuntamente e de forma estruturada os lugares de Património da Humanidade da Região Centro;
- Tendo em vista a melhoria da hospitalidade turística, estavam contemplados, em termos de programação cultural em rede, os projectos “*Sons da Cidade*” e a “*AnoZero - Bienal de Arte Contemporânea de Coimbra*”, e nesse âmbito deixou o convite para a participação no programa de “*Luzes sobre a Baixa de Coimbra – Natal e Fim de Ano 2017*”.

Intervenção do deputado municipal João Campos (PSD): ([áudio 54:37 a 55:18 minutos – 1ª gravação](#))

- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara e o seu Executivo afirmando que as informações do início das obras na sua freguesia, deveria ser-lhe dado conhecimento em primeira mão e não, à comunicação social;
- Terminou, perguntando para quando é que a Câmara Municipal punha “*travão*” ao caos dos estacionamento da Alta e da Baixa.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): ([áudio 55:42 da 1ª gravação a 02:20 minutos da 2ª gravação](#))

- Começou por cumprimentar e saudar todos os presentes, informando que o seu Grupo Político tinha concordado com a “*continuidade*” desta sessão, para o próximo dia 04 de Janeiro, uma vez que se tratava de discutir as Grandes Opções do Plano para o próximo ano;
- Disse que tinha sido entregue ao Presidente da Mesa uma proposta sobre “*A descentralização de competências nas juntas de freguesia*” porque entendiam que seria a altura própria para o fazer, por quererem dar um enquadramento plurianual, não só para 2018, mas também abrir um novo ciclo de discussão permanente, sobre a atribuição de verbas para as freguesias;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Em relação ao orçamento disse que a sensação que tinham era que o Município era excelente a arrecadar impostos, a mais das famílias e às empresas, mas má, a executar para os vários programas, propondo assim, acompanhar, um orçamento colaborativo em 2018;
- Terminou pedindo a todos os Grupos Políticos que lessem a proposta apresentada, em especial os presidentes de juntas, a qual não tinha nenhuma solução finalizada mas apenas e, à semelhança de Lisboa e Porto, apenas se pretendia que se criasse um Grupo Municipal para que no prazo de 90 dias e/ou outro, apresentassem as suas propostas, envolvendo o Executivo e o Gabinete de Apoio às Freguesias, caso assim o entendessem, para que desta forma se acabasse de uma vez por todas e nos 4 anos que se anteviam com as parcimónias anteriores.

Intervenção do deputado municipal Rui Soares (SC): [\(áudio 03:10 a 10:02 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse ter um orgulho enorme na sua freguesia porque sem apoios partidários e sem obras tinha a ganho de forma inequívoca;
- Quanto à eleição do Presidente da Assembleia para CIM, informou que o voto contra tinha sido dele, como forma de expressar o seu desagrado de nunca o terem deixado pertencer ao Grupo de Líderes Parlamentares da Assembleia Municipal, uma vez que se apresentava como independente e que iria continuar com a sua luta pelo Instituto Educativo de Lordemão.

Intervenção do deputado municipal Nunes da Silva (SC): [\(áudio 10:50 a 12:39 minutos da 2ª gravação\)](#)

- Disse que o Partido Socialista tinha feito uma excelente peça de teatro, na última CIM, relativamente ao tema “aeroporto de Coimbra ” porque o Dr. Ataíde tinha iniciado o funeral e o respectivo fúnebre do aeroporto quando disse que o mesmo iria para Monte Real e não para Coimbra, portanto, estavam criadas as condições ideais para o Presidente do Executivo, na altura adequado, dizer a todos os municípios e à comunicação social que, *“apesar de todos os seus esforços, não tinha sido possível concretizar a sua promessa eleitoral, mas que a culpa não seria sua, mas sim de outros municípios com o da Figueira da Foz à cabeça”*;
- Terminou felicitando o Presidente do Município pela excelente lição de política que tinha dado aos colegas da CIM.

Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC): [\(áudio 13:02 a 14:04 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Solicitou que todos reflectissem na perseguição de um valor fundamental da democracia, que era a acuidade porque, e, como todos sabiam, no seu Grupo Político, havia um membro invisual, que não tinha acesso aos documentos para as sessões da Assembleia Municipal e por isso, pedia que os documentos passassem a ser-lhe acessíveis de forma simples e sem qualquer custo, bastando para isso que após a gravação dos documentos em PDF, estes fossem digitalizados em programa própria de modo a que este tivesse acesso aos mesmos.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 14:30 a 12:39 minutos da 2ª gravação\)](#)

- Cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal pela sua eleição como Presidente da Assembleia da CIM e da ANMP;
- Quanto às Comissões Permanentes, disse que tinham sido introduzidas pelo mandato do Partido Socialista e pelo Presidente da Assembleia Municipal, portanto, algumas das questões que tinham sido colocadas anteriormente por alguns dos intervenientes, seriam boas matérias para serem analisadas e elevadas à prática por essas comissões;
- Esclareceu o deputado municipal Rui Soares que se alguém não tinha culpa por este não participar nas reuniões de Líderes, era o Presidente da Assembleia Municipal, porque não tinha direito a participar;
- Relativamente à intervenção do deputado municipal Nuno Freitas, informando-o que este não tinha razão alguma sobre a afirmação que fez em relação à transferência do IMI para as freguesias, mas sim, o Partido Socialista, pois tinha sido ele que tinha apresentado uma proposta à Assembleia Municipal de transferência de 1% para as juntas freguesias;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 19:10 a 22:16 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Após troca de palavras entre o deputado municipal João Campos aquando da intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva, o Presidente da Assembleia Municipal, convidou este a moderar a sua linguagem ou então a abandonar a sala, por entender, que estava a ser incorrecto e pouco digno, não tinha pedido a palavra e não estava a cumprir o Regimento, nem tinha estatuto para estar numa Assembleia Municipal.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 22:43 a 22:48 minutos da 2ª gravação\)](#)

- Após a interrupção havida, terminou dizendo que o seu partido estaria disponível para apreciar e discutir a proposta apresentada pelo Líder da bancada do PSD.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio 23:08 a 26:36 minutos da 2ª gravação\)](#)

- Pediu a palavra apenas para esclarecer que a intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva se limitava apenas a ler o que estava plasmado nas actas da Assembleia Municipal, mas o que estava em causa, era a votação por maioria que se tinham obtido, o resultado democrático e que se tinha revelado de bom, ou seja, o facto de se ter aumentado as transferências para as juntas de freguesias e, que apesar da intervenção exagerada do deputado municipal João Campos, não existia na proposta, que agora apresentavam, nenhum intuito persecutório, nem nenhum intuito de prejudicar ninguém, muito menos o Executivo.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara: [\(áudio 27:17 a 32:50 minutos – 2ª gravação\)](#)

Nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 75º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi apresentada e distribuída a informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal durante o período. O Presidente da Câmara Municipal esclareceu os pontos da sua informação escrita, bem com as questões levantadas pelos deputados municipais no “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

- Expressou uma celebração de que todos tivessem tido a felicidade de viver uma consoada feliz e que todos tivessem tido tempo de ler os extensos documentos distribuídos por todos e se sentissem vivos e participativos na vida democrática da cidade e se preparassem para viver um novo ano;
- Subscreveu por inteiro a fiscalidade proposta, tanto naquilo em que tinha votado a favor, como naquilo em que não tinha votado a favor, porque, a partir do momento que tinha saído do órgão, Câmara Municipal, para a Assembleia Municipal, era a proposta da Câmara que tinha subscrito, defenderia por duas razões, uma de natureza técnico prática, porque era necessário comunicar no ano civil à Autoridade Tributária a fiscalidade que o órgão aptou e, quanto à segunda disse que tinha sido feito um grande esforço e se poderia ter prorrogado ou adiado a elaboração das GOP’s, para mais tarde neste ano especial, mas acharam que face às contingências que se conheciam e àquilo que se encontrava determinado na Lei do Orçamento de Estado, se lhe afigurou adequado e na persecução do interesse de todos, que os instrumentos financeiros das GOP’S entrassem em vigor no dia 1 de Janeiro de 2018, por razões várias, nomeadamente políticas, como por exemplo, os contratos interadministrativos com as juntas de freguesias, abrissem logo no primeiro dia do ano e comesçassem a operar para que não houvesse perdas de tempo e, por outro lado, permitia começar um ano novo, com tranquilidade, com determinação, com firmeza e com rigor e transparência e era esse o apelo que fazia à Assembleia Municipal, porque apesar da prerrogativa pudesse vir a ser prolongada a dotação das GOP’S, no interesse comum se conseguisse concluir essa etapa para preparar aquilo que era indispensável, ou seja, os Fundos Europeus de Portugal 2020, porque, entre outros, havia uma preocupação muito grande de socorro aos territórios onde tinha sido vítimas de fogos e que todos estavam interessados que Portugal fosse desenvolvido de modo equitativo, equilibrado, dinâmico.

1.1. Debate

- **Intervenções dos Líderes;**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS): ([áudio33:49 a 37:24 minutos – 2ª gravação](#))

- Disse que na última década Coimbra tinha perdido habitantes e tinha visto diminuir o número de jovens e aumentar o número de idosos e que o cenário apresentado dava indicações de um futuro muito preocupante em termos demográficos, que colocava imensos desafios em termos de planeamento estratégico nos campos social, económico e ambiental e acreditavam que só através do desagravamento fiscal e do alívio na tributação dos rendimentos se podia apoiar as famílias e criar as condições para que a economia coimbricense pudesse florescer;
- Relativamente ao IMI, disse congratularem-se com a proposta, da coligação Mais Coimbra, de abaixamento da taxa de IMI para 0,33%, e quanto à participação variável no IRS, disse estar virada a página da austeridade e vivendo-se um momento de claro crescimento económico, consideravam que também que a Câmara Municipal de Coimbra deveria participar mais, através de uma maior devolução dos rendimentos, contribuindo, assim, para um alívio mais efectivo da carga fiscal que recaía sobre os seus municípios;
- Terminou dizendo que quanto à derrama, gostariam de ir mais além no incentivo à criação e captação de empresas, com uma derrama mais competitiva relativamente a outros concelhos.

Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC): ([áudio37:57 a 39:52 minutos – 2ª gravação](#))

- Disse ter gostado muito da intervenção do Presidente da Câmara dando-lhe os parabéns, que tinha tomado a devida nota quanto à extensão dos documentos e da necessidade que lhes tinha sido dada de os lerem, discuti-los e reflectir sobre os mesmos e por isso, sentia-se privilegiada por pertencer a uma Assembleia Municipal, que tinha conseguido essa reflexão desse debate em sede de Conferência de Líderes, ao invés de assinarem ou aprovarem de cruz, políticas que não tivessem sido devidamente discutidas e reflectidas;

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): ([áudio40 06:08 a 50:31 minutos da 2ª gravação](#))

- Disse que uma das funções da Assembleia Municipal era a fiscalidade e o Presidente da Câmara nas informações que trazia à Assembleia Municipal, relativas ao último trimestre, não esclareciam, e exemplificou: por que razão não tinha sido entendida que não haveria condições para a Infarmed não ter vindo para Coimbra? Porque razões a ADSE ou a Fundação para a Ciência e Tecnologia, tinham sede em Coimbra; Por que razão tinham que estar institutos públicos variados, (na área de direito ou na área da saúde), todos em Lisboa e, o que é que se tinha feito e, que condições, tinham sido criadas para que houvesse desconcentração destes serviços do Estado?
- Disse que se tinha feito o “*Concerto Solidário*” no Convento de S. Francisco para o qual todos tinham contribuído, inclusivamente, o Presidente da República que tinha pago o seu bilhete, mas no seu entender, os bilhetes não deviam ser dados só para determinada escol, mas sim, para todos os cidadãos de Coimbra, que pelo uma vez por ano pudessem ir gratuitamente ao Convento, assistir a um espectáculo, como tinha sido o exemplo cívico do referido concerto que tinha revertido a favor da Caritas e das pessoas que sofreram com os incêndios;
- Terminou dizendo que o desassoreamento do rio estava a ser feito, mas não sabiam se a fiscalização estava a cargo da competência da Câmara, se duma entidade externa, se da Agência Portuguesa do Ambiente, apenas sabiam que na Universidade de Coimbra havia competências para fazer um relatório independente, para se saber se este desassoreamento era o que mais interessavam a Coimbra, porque queriam ter a certeza de que o trabalho que se estava a fazer era um trabalho bem feito.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): ([áudio 45:56 a 22:48 minutos da 2ª gravação](#))

- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara para lhe colocar duas as perguntas: A primeira, respeitante à manifestação feita pelos comerciantes da Baixa, protestando contra o início das obras da Via Central, em período de época natalícia, por lhe parecer ser contraditória nos seus propósitos, pois por um lado, com ela se quer chamar à atenção para a decadência do comércio da Baixa de Coimbra e ao mesmo tempo, protestando-se contra o início das obras estruturantes, para a abertura da Via Central;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Quanto à segunda questão, tinha a ver com a descentralização do poder central para o poder local e do Governo Central para as autarquias;
- Disse, que na verdade, enquanto Presidente da A.N.M.P., tinha-se empenhado em políticas públicas de desenvolvimento local e regional, das quais sobressaia a descentralização dando como exemplo, as finanças locais e que por sua vez, enquanto Presidente da Câmara, vinha prosseguindo uma política de delegação de competências nas Uniões e Juntas de Freguesia, que concretizava com a celebração de contratos inter-administrativos e acordos de execução, no âmbito de serviços e actividades de proximidade.
- Terminou pedindo ao Presidente da Câmara que esclarecesse a Assembleia, no que iria consistir a anunciada descentralização e se o executivo estava já a acautelar o exercício de novas competências que lhe viessem a ser delegadas pelo poder central por um lado, e por outro, se no que respeitava à delegação de competências às freguesias, aos contratos inter-administrativos e acordos de execução se iriam ser objecto de clarificação de forma a ficar bem definido o que competia à Câmara e o que competia às Juntas e Uniões de Freguesias.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 51:25 a 56:45 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse que o descontentamento dos mais pobres, por um lado, e a voracidade dos mais ricos, por outro lado, tornava todos os dias mais obsoleta a tese do fim da luta de classes, demonstrando que a História da Humanidade não era senão a História desse velho caldeirão em que se decidia o destino das vidas das gentes e do próprio planeta e, era dessa luta de classes que se fala quando se trazia a denúncia das práticas governativas de conversão de todos os bens e serviços em produtos de mercado;
- Elegeu o poder local como alvo principal, subtraindo-lhe meios ao nível do financiamento, criando normas e preceitos legais limitadores da sua capacidade de execução e de intervenção dos órgãos autárquicos, dizendo que se tinha acentuado o ataque às freguesias, à água pública, ao sistema de transportes, ao património, aos agentes culturais, às instituições públicas de ensino superior, ao sistema público de saúde, estando na forja um conjunto de medidas governativas, que em si mesmas contestavam, a transferência de competências do Estado central para os municípios, sem que, estivessem acautelados os meios da sua viabilização na esfera do serviço público;
- Manifestou a preocupação relativamente ao conteúdo da documentação relativa às Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2018, que iria ser votado;
- Terminou informando que era na participação e na definição desse caminho que estavam empenhados, desde o orçamento para as Juntas de Freguesia, ao mapa dos serviços de saúde, das políticas para a Juventude aos apoios municipais às instituições de Cultura e Desporto, da habitação ao bem-estar, do Património à mobilidade, porque o trabalho em prol da melhoria das condições de vida dos concidadãos mobilizava inteiramente a CDU e o que os preocupava era que se pudesse prescindir do envolvimento de cada um, autarcas e municípios, na realização desse trabalho.

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): [\(áudio 57:06 da 2ª gravação a 01:53 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que inviabilizado o Projeto Metro Mondego, entendia ser essa a única razão para a abertura da Avenida Central em sua substituição um Metro Bus, que podia perfeitamente ser compatibilizado com trajecto urbano alternativo, deixando de haver razão que suportasse o esvaziamento da rua da Sofia, inserida numa área de intersecção de duas Zonas Especiais de Protecção, respectivamente de Santa Cruz e da Rua da Sofia, assim como as demolições da Baixinha, que tinham amputado a cidade em nome de um sistema moderno de mobilidade urbana que se anunciava de desinteresse público e agora que o projecto Metro Mondego tinha sido inviabilizado importava remediar os profundos danos causados, devolvendo à cidade essa zona com um projecto de reconstrução e requalificação urbana de qualidade;
- Informou ainda que a abertura da Via Central, tal como estava prevista, não assegurava qualquer requalificação ou reabilitação urbana do conjunto do espaço demolido e envolvente, porque apenas se focava na abertura de uma via rodoviária, construção de passeios, luminárias e sinalização, contrariando, a Declaração de Impacte Ambiental, aprovada à época, que condicionava a abertura da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Via Central apenas à passagem do sistema de transporte colectivo eléctrico, em via dedicada, afastando a possibilidade de tráfego automóvel normal;

- Dirigindo-se ao Presidente da Câmara perguntou: se as promessas de reabilitação e reconstrução do património edificado, tal como previstas no projecto do arquitecto Gonçalo Byrne, iriam ser remetidas para as calendas gregas? Se existia por parte do Executivo algum projecto global de mobilidade urbana, que balizasse, articulasse e atribuísse coerência às intervenções, que se iam operando na cidade? Se a decisão de abertura da Via Central para a passagem de tráfego automóvel, ou a aprovação do anteprojecto de construção do parque silo-auto para estacionamento automóvel nos HUC, eram medidas que em vez de contribuírem para a redução de trânsito automóvel, antes, convidam a uma maior e mais intensa utilização do transporte individual? Se em vez de aumentar exponencialmente a capacidade de estacionamento nos HUC, não seria muito mais indicado, melhorar de forma assinalável, a qualidade, frequência e fiabilidade dos transportes públicos, porque os SMTUC acumulavam anualmente perdas consideráveis de passageiros?
- Terminou afirmando que por esse andar os serviços públicos de transportes caminhavam a passas largos para o abismo.

- **Intervenções dos deputados;**

Intervenção do deputado municipal Tiago Mariz (CDS): [\(áudio 03:02 a 06:00 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que se iria discutir a componente da receita do Orçamento do Município de Coimbra para 2018; em particular da receita obtida através de impostos próprios e das respectivas taxas, cujos valores estavam dependentes da determinação a aprovar pela Assembleia Municipal e, o que caracterizava o sistema fiscal nacional, era serem “*Estados Fiscais*”, ou seja, financiavam-se pelos impostos sobre a propriedade e sobre a iniciativa privada e que mesmo valia para o poder tributário autárquico;
- Terminou dizendo que, como pressuposto lógico de um Estado Fiscal, estava a liberdade de iniciativa privada, a liberdade para criação de riqueza, para criação de emprego, para desenvolver a comunidade, mas infelizmente, a Câmara de Coimbra não era conhecida por ser uma Câmara amiga do investimento privado, porque se qualquer investidor que equacionasse presentemente investir em Coimbra, qualquer município que pensasse em construir a sua casa ou lançar o seu negócio, tinha de contabilizar o factor tempo e fá-lo-ia sentir-se repellido, hesitante, desesperado e desistir.

Intervenção da deputada municipal Paula Alves (PSD): [\(áudio 06:41 a 39:52 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Desejou a todos “*Boas Festas*” e disse que também era sobre aquela época que queria intervir, nomeadamente, sobre a questão do comércio da Baixa, tendo, inclusivamente havido uma manifestação dos referidos comerciantes, que no seu entender, era apenas a Câmara Municipal a responsável pelo que acontecia na Baixa e que se deveria repensar a Baixa de Coimbra, pois tinha sido apresentada uma proposta de resolução pelos referidos comerciantes;
- Terminou questionando o Presidente da Câmara se já tinha sido tomada alguma acção por parte do Executivo para responder aos empresários que se tinham manifestado e se estava previsto a constituição de algum grupo de trabalho, porque no seu entender na Assembleia Municipal não tinha que averiguar quem é que teria razão mas sim, averiguar como se teria de trabalhar em conjunto, para solucionar os problemas da Baixa e de outros locais da cidade de Coimbra.

Intervenção do deputado municipal Pedro Rodrigues (CpC): [\(áudio 09:02 a 11:18 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que da informação que o Presidente tinha mandado distribuir à Assembleia Municipal relativamente à actividade da Câmara Municipal, entre Outubro e Dezembro de 2017, havia várias referencias a eventos muito saltares que tinham decorrido no Convento de São Francisco. Também nesses documentos era referida a aprovação em reunião de Câmara do passado dia 27 de Novembro da criação da Equipa de Projeto “*Programação e Gestão do Convento São Francisco — Coimbra Cultura e Congressos*”, coordenada por Filipe Carvalho e constituída por 8 técnicos superiores, 10 assistentes técnicos e 10 assistentes operacionais;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou ainda que na mesma data, a Vereadora da Cultura anunciou que a abertura do procedimento para a aquisição de um "*estudo de mercado, um estudo de viabilidade financeira e uma proposta de estatutos para constituição de uma empresa municipal ou outro modelo de gestão*" aconteceria nos próximos dias;
- Assim e dada a importância do tema e a relevância do Convento de São Francisco enquanto instrumento de uma política cultural, que sempre tinham realçado, levava-os a colocar quatro questões muito objectivas, nomeadamente: A equipa de projecto recentemente constituída vinha substituir ou complementar a anterior equipa de projecto, coordenada por Zeferino Ferreira, aprovada em reunião de Câmara a 21/12/2015, constituída por 6 técnicos superiores, 4 assistentes técnicos e 4 assistentes operacionais, cujo balanço da actividade se desconhecia? Como iriam ser assegurados em 2018 os serviços técnicos, de produção e serviço educativo actualmente prestados por empresas externas, cujos contratos terminavam nos primeiros meses do ano? Com quem e de que forma estavam a ser desenvolvidos contactos para assegurar a direcção, a consultadoria ou a assessoria artística do Convento de São Francisco? Qual o prazo para a conclusão deste novo estudo sobre o modelo de gestão e para quando previa o Executivo apresentar a sua proposta final?

Intervenção do deputado municipal Rui Soares (SC): [\(áudio 11:41 a 13:34 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Reiterou algumas das questões já anteriormente colocadas, nomeadamente a demora no licenciamento dos processos e a questão do abaixamento das taxas para a periferia, que no seu entender se traduzia no não investimento no concelho de Coimbra.

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 15:40 a 17:32 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Começou por dizer que a degradação de instalações e equipamentos relacionados com a prestação de cuidados de saúde em Coimbra que ao longo dos anos da crise acentuou o défice de qualidade dessa prestação de cuidados, estava a merecer intervenção adequada para segurança dos utentes e profissionais e melhoria das necessidades em saúde das populações. Lembrando que ainda recentemente, se tinha processado a transferência da titularidade do direito de propriedade de prédios afecto a outro organismo público, tornando a Câmara Municipal de Coimbra detentora da participação na decisão do destino da referida estrutura;
- Terminou questionando o Presidente Manuel Machado como pensava solucionar o problema relativo ao novo Centro de Saúde Fernão de Magalhães e ao Centro de Saúde de Celas, com o prejuízo mínimo para os utentes e ao mesmo tempo permitir o desempenho dos seus profissionais com dignidade.

Intervenção do deputado municipal Nunes da Silva (SC): [\(áudio 18:29 a 19:50 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara perguntando-lhe se o Executivo tinha alguma orientação prevista, para a criação novamente de condições de alta qualidade, de alguma descentralização dos Hospitais da Universidade de Coimbra para o Centro Hospitalar dos Covões, uma vez que o orçamento existente era muito baixo e, que dada à grande afluência que estava a ter desde Junho do ano transacto, devido à escolha livre dos utentes, havia uma subcarga enorme dos serviços daquele hospital.

Intervenção do deputado municipal Vitor Parola (PS): [\(áudio 20:27 a 29:01 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Começou por dizer que tal como tantas vezes repetia Fausto Correia, utilizando como "chavão": "*dirijome a todos e a cada um, para que ninguém pense que foi esquecido*", utilizando este "chavão", para lembrar, que se iria discutir o futuro da cidade, do concelho e região, e por deveriam estar mais unidos, mais focados no essencial deixando de lado o acessório, nomeadamente, depois de ouvir algumas intervenções da bancada do PSD e do movimento de cidadãos "Somos Coimbra", e esperava que não existisse entre os presentes, representantes de todas as bancadas com assento nesta assembleia, quaisquer dúvidas, porque Coimbra era a capital do centro do país;
- Terminou dirigindo-se ao deputado Nuno Freitas, informando-o que as reeleições ou eleições futuras, também seriam resultado da postura, da coerência, da honestidade intelectual, que cada um daria ao órgão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal João Aldeia (SC): [\(áudio 29:29 a 30:01 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse ter conhecimento de haver um relatório da Tutela dos Estabelecimentos Prisionais que dizia existirem vários estabelecimentos no país sem condições nomeadamente, Lisboa, Caxias;
- Terminou perguntado ao Presidente da Câmara, o que pensava fazer sobre o Estabelecimento Prisional de Coimbra, mais exactamente ao sector feminino, porquê era uma das preocupações do Movimento “Somos Coimbra”.

• **Respostas do Presidente da Câmara:** [\(áudio 30:49 a 51:12 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Reclamou de alguma injustiça relativa em que o Presidente da Câmara tinha que resolver tudo, passando de imediato a responder às questões levantadas pelos deputados municipais, nomeadamente, afirmando que Coimbra já tinha tido mais habitantes que presentemente, por razões várias mas, na estatística podia-se observar que na realidade havia pessoas com mais idade e, naturalmente, pelas incertezas da vida e pelas inseguranças profissionais e de várias justificações, havia uma contração demográfica, recuperável;
- Em relação ao acolhimento em Coimbra da Agência Europeia do Medicamento, disse ter sido criticado por não ter formalizado a referida candidatura, mas não estava arrependido por diversas razões, uma das quais tinha sido, não desperdiçar dinheiro público, porque se sabia que não iria ter sucesso;
- Quanto à Infarmed disse não ser mandatário do Governo, que estava a decorrer o procedimento;
- Disse ainda que presentemente o que o preocupava na área da saúde era o financiamento para a construção de raiz do Centro de Saúde do Fernão de Magalhães;
- Relativamente ao desassoreamento do Mondego disse, que era uma obra feita a partir de um projecto, desencadeado e elaborado sob a responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente, portanto, considerava ser uma empreitada com grande importância e que tinha uma empresa contratada especificamente para a sua fiscalização e havia uma empresa contratada pelo projecto, que tinha sido aprovado e, existia ainda, uma Comissão por acordo com o Ministério do Ambiente composto por um delegado da Câmara Municipal e um delegado da APA;
- Quanto à Via Central disse que tinha sido adoptada em 1994, aquando do primeiro Plano Director Municipal de Coimbra, alterando-se na altura, a Avenida Central, tendo sido integrada por um corredor Metro Mondego e este tinha decidido que seria carris, mas por falta de meios *financeiros, passou a Metro Bus, continuava a ser fundamental, faltando presentemente apenas a “DIA – Declaração de Impacte Ambiental”*, por isso, no seu entender, era importante que se fizesse, urgentemente porque, tanto a Baixa como a Alta tinham um plano específico chamado “ARU” – *Área de Reabilitação Urbana*, publicado em Diário da República, sendo este um documento oficial e vinculativo;
- Quanto à manifestação efectuada pelos comerciantes da Baixa, esclareceu que estes não tinham razão porque todo o estacionamento que até ali era feito, era feito clandestinamente, por isso entendia não haver nenhum prejuízo;
- Mais disse que a Via Central tinha que ser construída, tinha que ser feita, porque considerando os projectos válidos que tinham sido aprovados, inclusivamente, os do Arquitecto Gonçalo Byrne, porque era essencial dar vida àquele espaço da cidade;
- Esclareceu que em relação aos contratos interadministrativos com as juntas de freguesias, iriam ser mais detalhados de modo a se estabelecer com rigor, quem tinha que fazer o quê;
- Quanto ao projecto do silo alto para os CHUC, informou que se encontrava aprovado pela Câmara, implicava uma alteração do acesso a partir do prolongamento da Av. Gouveia Monteiro, do lado do Hospital Pediátrico, para melhorar a acessibilidade, mas continuava a defender que solução para as maternidades, estava no Centro Hospital dos Covões – CHC;
- Relativamente ao Convento de São Francisco informou que já estava contratada a produção executiva e, o projecto educativo estava a concurso público, entendendo que essa era a melhor forma de colocar aquele espaço em funcionamento;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou que a Câmara Municipal estava presentemente a preparar o “Ano do Património Cultural de 2018”, estava a candidatar-se ao financiamento comunitário ao processo de integração tarifária “Bilhética do Sistema Integrado” para os SMTUC com outras transportadoras, no âmbito da operação geral da Câmara Municipal de Coimbra – Autoridade Urbana de Transportes e estava em fase de projecto de financiamento que visava a requalificação de circular na Alta e a instalação de sinalética adequada de modo a que os visitantes, bem como os moradores, pudessem conhecer melhor o vasto património histórico e para que pudessem circular por circuitos aconselhados pelos técnicos envolvidos no projecto.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 51:16 a 55:12 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Propôs que fosse feito um debate conjunto dos pontos 2, 3, 4 e 5 e, tendo havido consenso, propôs de imediato a abertura do mesmo.

2. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) relativo ao ano de 2017, a liquidar e cobrar em 2018;

3. Derrama do ano de 2017 a liquidar e cobrar em 2018;

4. Participação Variável no IRS para 2018;

5. Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2018;

Intervenção do deputado municipal Tiago Mariz (CDS): [\(áudio 55:10 a 57:01 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que o CDS/PP se congratulava com a proposta de redução da taxa de IMI para os 0,33% e pelo facto dessa mesma proposta, ter sido iniciativa dos Vereadores eleitos pela Coligação “Mais Coimbra” a qual o CDS/PP tinha integrado e apoiado, lamentando no entanto, que mais uma vez, uma proposta de instituição no Município de Coimbra do IMI familiar, não tivesse sido apresentada pela Câmara à Assembleia;
- Terminou exortando a Câmara Municipal a tornar públicos esses valores, acompanhados do cálculo do impacto financeiro que a instituição do IMI familiar teria na autarquia.

Intervenção do deputado municipal Rui Marques (PSD): [\(áudio 57:25 a 59:59 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que no passado dia 27 de Novembro, em reunião da Câmara Municipal, os Vereadores eleitos pelo PSD, tinham proposto a fixação da taxa de IMI, relativa ao ano de 2017 e a cobrar em 2018, para os prédios urbanos, em 0,33% de forma a aliviar a carga discal dos contribuintes, ou seja passar de 0,34% para 0,33%, mas que apesar de ter sido aprovado por maioria, tinham tido os votos contra do Partido Socialista e do Presidente da Câmara, ora, essa votação não se coadunava com as promessas do Partido Socialista nas últimas eleições, ou seja baixar os impostos, como o IMI, IMT e as Derramas, para além de que também se tinham proposto valorizar Coimbra, em sede política fiscal, prescindindo de metade da receita do IRS, a favor dos cidadãos, aumentando assim, os rendimentos disponíveis das família e das empresas;
- Terminou dizendo que o Partido Socialista tinha proposto aquando das eleições um envolvimento crescente dos cidadãos em decisões que abrangessem escolhas estrategicamente relevantes e opções quanto a despesas e receitas, afectando 1 milhão de euros do Orçamento Municipal ao Orçamento Participativo, cabendo 20% desse montante ao Orçamento Participativo Jovem;

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 00:20 a 12:10 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Esclareceu o deputado Rui Marques que a proposta de fixação da taxa de IMI, relativa ao ano de 2017 e a cobrar em 2018, para os prédios urbanos, em 0,33%, aprovada na reunião da Câmara Municipal do dia 27 de Novembro, tinha sido apresentada pelo Vereador da CDU, Francisco Queirós;
- Disse que o IMI era um imposto cego quanto ao rendimento dos proprietários, tributando essencialmente o valor da propriedade, tendo em conta a sua idade, localização, tipologia e função, perguntado se poderia o Município aprovar reduções, ou mesmo isenções, ou majorações da taxa, nos termos definidos nas políticas municipais determinadas, para o seu território?
- Quanto à derrama disse, ser um imposto municipal que incidia sobre o lucro tributável das pessoas colectivas obtido no exercício fiscal anterior ao ano da cobrança e que poderia ser lançada pelos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

diferentes municípios, podendo ascender até 1,50%, para empresas com volume de negócios superior a € 150.000 no exercício anterior, podendo coexistir uma taxa reduzida de Derrama ou mesmo, a sua isenção, para empresas com volume de negócios inferior àquele, no mesmo período.

- Relativamente ao IRS cobrado aos contribuintes conimbricenses, num valor até 5% da receita cobrada, disse que não vislumbravam qualquer razão económica e social, para tal e que no seu entender, devolver IRS a quem o pagou era distorcer a progressividade que o caracterizava, ou seja, que fazia pagar mais a quem mais tinha, na justa medida que quem tinha baixos rendimentos nada recebia, porque já não pagava e, quem mais rendimentos obtinha mais via devolvido;
- Disse que a existência de tal norma era uma perfeita demagogia, o município abdicava de 1 milhão de euros de receita que poderia bem ser utilizada para minorar alguns dos graves problemas sociais que se sentiam no concelho, para devolver 50€, 100, ou talvez 200€, a famílias que mais rendimentos tinham;
- Quanto à taxa municipal de direitos de passagem, disse parecer-lhe ser perfeitamente razoável a sua existência enquanto custo das empresas distribuidoras de energia ou telecomunicações, considerando uma iniquidade que esse custo revertia para o consumidor.
- Terminou dizendo que as razões expostas bastariam, para o voto contra da CDU, mas a verdade era que a proposta fazia perder ao Orçamento da Câmara Municipal cerca de 1 milhão de euros que bem falta fariam se aplicados, dando como exemplo, na melhoria do transporte público.

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): (áudio 12:46 a 21:32 minutos – 4ª gravação)

- Disse que segundo os dados dos Censos 2011 "A maioria dos alojamentos era de residência habitual e eram ocupadas pelos proprietários, assim, atendendo a que as receitas de IMI cobradas pelo Município tinham vindo sempre a crescer de forma sustentada, consideravam justa a proposta de fixação da taxa de IMI para os prédios urbanos em 0,33%;
- Importava penalizar as situações de abandono e profunda degradação em que se encontrava parte significativa dos prédios urbanos, contribuindo para a desertificação do centro histórico da cidade, concordando com a proposta do Executivo para estas situações, sendo propostas justas e fundamentais numa óptica de gestão da reabilitação urbana, que não podiam deixar de merecer o apoio do CpC, mas recomendavam à Câmara Municipal de Coimbra que procedesse ao levantamento e identificação dos prédios urbanos que se encontravam devolutos há mais de um ano, bem como dos prédios que se encontravam em ruínas de modo a aplicar as respectivas taxas de majoração;
- Quanto à proposta de taxa de derrama municipal, disse concordarem com a proposta de um modo geral;
- Relativamente à participação variável do município na receita de IRS, consideravam que atendendo aos valores irrisórios, preferiam que se mantivesse a taxa de participação nos 5% e que o valor arrecadado fosse investido em medidas de acção social do Município;
- Sobre a taxa municipal de direitos de passagem era a contraprestação pela concessão de um direito de utilização do subsolo, direito esse que era concedido pelos municípios às operadoras de telecomunicações e não aos consumidores finais, sobre quem recaia na factura o pagamento da referida taxa.

Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD): (áudio 22:10 a 23:44 minutos – 4ª gravação)

- Disse que em relação ao IMI a sua junta não tinha recebido o 1%, porque apenas tinha recebido "0, qualquer coisa" e isso não era correcto;
- Quanto à Taxa dos Direitos de Passagem, entendia que estava mal feito porque a sua junta estava toda esventrada e achava que deveria ser a própria junta, a fazer o auto de medição daquilo que se encontrava esventrado;
- Terminou informando que a Câmara Municipal de Coimbra, não tinha onde colocar os restos de obras, havia restos de obras por todo o lado na sua freguesia e, que actualmente faziam-se estradas no meio das matas, para colocar os restos de obras, dando como exemplo, os que se encontravam depositados na zona de protecção do Aqueduto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): *(áudio 26:30 a 30:50 minutos – 4ª gravação)*

- Relativamente ao IMI esclareceu que tinha algum incómodo com argumentário utilizado quanto às famílias numerosas, esclarecendo que havia 34 tipos de família, segundo a estrutura e dinâmica global, a relação conjugal e a relação parental, entre os quais se encontravam as famílias com prole extensa, também designadas famílias numerosas, cujo plano de cuidados, além do apoio social, deveria englobar a avaliação criteriosa do alargamento da prole pela família, com ponderação do risco em medicina física, estatuto socioeconómico e respeito pela liberdade individual e direitos humanos;
- Quando se pretendia investir apenas num tipo de família, descurando as outras famílias que englobavam grupos vulneráveis e grupos de risco, as famílias com dependente e as famílias descontroladas, era um privilégio que não subscrevia;
- Disse entender que a taxa de natalidade não tinha de ser aumentada prioritariamente à custa do número de elementos por família, mas considerando o maior número de famílias com filhos, o que não acontecia muitas vezes por carências estruturais, sociais e de capacidade de realização afectiva concomitante;
- Terminou afirmando que, a acção social deveria ser direccionada para os tipos de família que dela necessitassem, mas não só, devendo ser englobados os grupos de exclusão social e promoção da inclusão.

Intervenção do deputado municipal José Rodeiro (PSD): *(áudio 31:40 a 34:14 minutos – 4ª gravação)*

- Informou que tinha ouvido ali algumas intervenções do Partido Socialista, entusiásticas, a louvar a acção do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, mas ele não partilhava desse tom laudatório entusiástico, não deixando, no entanto, de o saudar como Presidente da Câmara e, como Presidente da ANMP;
- Terminou dizendo que quanto à derrama e apesar de não discordar da proposta, questionava e pedia esclarecimentos sobre se a proposta estava ou não bem redigida, porque apesar não lhe suscitar quaisquer dúvidas quanto à isenção para as empresas com facturação igual ou superior a 150 mil euros, a lei dizia que 1,5, dizia respeito ao “lucro tributável” e no documento estava “facturação”, e “facturação” era uma “coisa” “lucro tributável” era outra realidade, assim, se se aprovasse aquela proposta correr-se-ia o risco de tributar empresas que tinham facturação de 200 ou 300 mil euros e que tinham prejuízo.

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS): *(áudio 35:54 a 37:25 minutos – 4ª gravação)*

- Disse que para o CDS-PP o crescimento económico era um pilar prioritário no âmbito da administração pública ao ser determinante para a geração de riqueza e a criação de postos de trabalho desejáveis para o desenvolvimento e aumento da qualidade de vida pudessem acontecer, assim, sendo Coimbra uma cidade caracterizada por uma economia frágil, pouco competitiva e com fraca capacidade de atracção de investimento, o CDS-PP entendia, que todas as medidas que pudessem contribuir para dinamizar e fortalecer o tecido empresarial de Coimbra, eram poucas sendo este fundamento bastante, para CDS-PP votar a contra a proposta de aplicação da taxa máxima às empresas com facturação superior a 150 mil euros;
- Terminou propondo que se deveriam criar outras medidas que viessem a incentivar a criação de emprego de qualidade, dando a isenção às empresas por um período mínimo de 3 anos para novas as empresas que viessem a instalar-se no Município e que criasse e mantivessem num período mínimo a definir de 5 ou mais postos de trabalho.

Intervenção do deputado municipal Pedro Filipe (CDS-PP): *(áudio 37:46 a 39:03 minutos – 4ª gravação)*

- Informou que de acordo com o Regimento em vigor, e enquanto membros da Assembleia tinham como obrigação a promoção e salvaguarda dos interesses da população de Coimbra, assim, e baseados nesse pressuposto, tinham analisado a proposta da participação variável no IRS para 2018 do Município de Coimbra, entendendo que o Executivo poderia ir mais além, do agora propunha;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Terminou afirmando que Coimbra deveria optar por políticas fiscais, para as famílias e empresas, criando novos atractivos ao concelho, combatendo, assim, a diminuição e o envelhecimento da população que se vinha a verificar e, na esperança de que em anos futuros esse enquadramento pudesse vir a modificar-se em benefício dos cidadãos de Coimbra, votaria a favor.

Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC): (áudio 39:20 a 40:21 minutos – 4ª gravação)

- Disse não obstante a importância das discussões ideológicas, privilegiavam a conjuntura do Município e as necessidades de olhar para as necessidades da sua população, congratulando-se com a redução do IMI, mas lamentavam a não implementação do IMI familiar, subscrevendo o que tinha sido dito pelos deputados municipais do CDS-PP.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): (áudio 40:48 a 47:43 minutos – 4ª gravação)

- Informou que nos termos da Lei competia à Assembleia Municipal aprovar as taxas do IMI e outras demais, sob proposta da Câmara e o IMI tinha sido aprovado, por unanimidade e fixada a taxa em 0,33% e, conseqüentemente também as receitas para as juntas freguesias baixava, porque incidia em 1%; sobre a receita do IMI;
- Saudou a Câmara Municipal por não ter subido o tarifário da água e dos transportes, bem como por ter abdicado da receita do IRS, a favor dos Conimbricenses e de manter isenção da derrama para as empresas com facturação inferior a 150 mil euros;
- Terminou dizendo que o Partido Socialista, em matéria fiscal, levava em conta os rendimentos das disponíveis das famílias e tinha criado um ambiente fiscal positivo e por isso, iria votar favoravelmente, as taxas fixadas do IMI, da Derrama, dos Direitos de Passagem e do IRS.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): (áudio 47:60 a 56:35 minutos – 4ª gravação)

- Começou por esclarecer que relativamente à percentagem aprovada pela Câmara Municipal do IMI de 0,33% tinha sido proposta dos vereadores do PSD e não da CDU, mas não estava em causa de quem era a proposta mas sim, que tinha sido aprovada em benefício das famílias e das empresas;
- Frisou que a proposta eleitoral do Partido Socialista era de baixar os impostos, mas não era o que se verificava, porque a discussão sobre os impostos era como se fosse uma obrigação burocrática e essa, não era a posição do PSD e merecia censura política;
- Quanto à Derrama, tinham uma visão diferente e entendiam que Coimbra precisava de estímulos fiscais para fixar pequenas e médias empresas, nacionais e internacionais e convidou todos os presentes a ler um estudo da Fundação Calouste Gulbenkian onde se apontava para a Derrama “0” porque entendiam que haveria boas alternativas e daria possibilidades de fixação de novas empresas;
- Terminou informando que apostavam no orçamento colaborativo para 2019 e iriam tentar trazer uma proposta para Câmara de Coimbra que alterasse radical os pressupostos porque o orçamento em discussão, não falava em questões essenciais, designadamente no Metro, no Plano de Mobilidade Integrado para Coimbra e era omissivo relativamente ao Aeroporto para Coimbra

Intervenção do deputado municipal Tiago Mariz (CDS): (áudio 56:55 a 58:25 minutos – 4ª gravação)

- Começou por dizer que o CDS-PP iria votar favoravelmente;
- Informou que ao ler as actas da Câmara Municipal questionou o Presidente da Câmara Municipal sobre, e passou a citar “...que em algumas zonas do território nacional, as infraestruturas de concessão de iluminação pública e distribuição electricidade no consumo domestico podiam estar a ser subalugadas a operadores de comunicações” assim gostaria de saber se esses operadores eram potenciais pagadores de taxas, o que é que o Presidente sabia sobre essa situação, se no concelho de Coimbra se verificava, e, caso se verificasse o que é que estava previsto para evitar esse abusos, se os serviços de fiscalização controlavam aquela situação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

→ Terminou pedindo ao Presidente da Câmara que também esclarecesse sobre o que estava previsto para Coimbra, sobre o contrato de concessão com a EDP, uma vez que estaria a terminar referida concessão e como iria proceder, em termos contrato concursal de renovação com aquela entidade.

Intervenção do Presidente da Câmara: (áudio 58:46 da 4ª gravação a 04:06 minutos – 5ª gravação)

- Sobre a proposta de fiscalidade para o ano económico de 2018 que estava para ser votada, na Assembleia Municipal, nos termos da lei e sob proposta da Câmara;
- Disse estar previsto para breve no âmbito da revisão da Lei das Finanças Locais, da Lei Geral de Descentralização, dos 23 decretos-lei dos restantes áreas sectoriais, para a descentralização administrativa, estava preconizado que todos os patrimónios, edifícios ou terrenos, rústicos ou urbanos, iriam passar a pagar IMI, incluindo o património dos municípios, todo o território nacional, à excepção dos edifícios que eram sede de órgãos de soberania, edifícios faziam parte do património colectivo, bem como os edifícios sobre jurisdição de tratados internacionais e, se assim fosse, a Câmara Municipal, poderia baixar mais a taxa do IMI;
- Quanto ao contrato de concessão de Coimbra com a EDP informou, que terminaria em 2021 e estavam a decorrer trabalhos preparatórios para se encontrar uma solução e, o que estava negociado politicamente era uma agregação voluntária dos municípios de modo em que se encontrasse um ponto de equilíbrio entre pessoas e mercado;
- Terminou dizendo que quanto à utilização de infraestruturas relativamente aos Direitos de Passagem, que era verdade que havia ilegalidade e que a entidade responsável para intervir se chamava, *Entidade Reguladora de Energia*, e que apesar de render um valor irrisório, era um direito que não queria deixar cair, porque era um bem imaterial dos municípios.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: (áudio 04:15 a 04:23 minutos – 5ª gravação)

→ Propôs que a sessão, após votações dos pontos debatidos, fosse adiada para o dia 4 de Janeiro de 2018, com a mesma “*Ordem de Trabalhos*”, com continuidade no “*Ponto 6 e seguintes*” e composta pelos deputados municipais que estavam presentes. Tendo havido consenso entre as partes, passou-se de imediato às votações.

Deliberação nº 26/2017

A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 27 de Novembro e, nos termos da alínea d) do artigo 25º, conjugado com a alínea ccc), do nº 1 do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, 12 de Setembro e da Lei nº 67/2007, de 31 de Dezembro, deliberou, por *unanimidade*, aprovar, relativamente ao ano de 2017, a cobrar em 2018, o *Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)*, nos seguintes termos:

- Fixar a taxa a aplicar aos prédios rústicos em 0,80%;
- Fixar a taxa a aplicar aos prédios urbanos em 0,33%;
- Fixar uma redução de 30% na taxa de IMI, na área classificada como Património Mundial da Humanidade e para a respectiva zona especial de protecção;
- Fixar uma majoração de 30% na taxa de IMI a todos os prédios urbanos degradados, cuja vistoria técnica confirme essa situação e em que, após notificação, não tenham sido realizadas obras pelos proprietários;
- Fixar uma majoração para o triplo na taxa do IMI a todos os prédios devolutos;
- Fixar uma redução de 50% na taxa de IMI, a todos os prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Deliberação nº 27/2017

A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 27 de Novembro e, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 25º, conjugado com a alínea ccc), do nº 1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013, 12 de Setembro, e do artigo 18º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, deliberou por *maioria*, aprovar:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Lançamento de uma taxa de derrama 1,5% para empresas sediadas ou com actividade no concelho com um volume de negócio superior a 150.000 €;
- A isenção de taxa de derrama a empresas sediadas no concelho com um volume de negócios inferior ou igual a 150.000 €.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Deliberação nº 28/2017

A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 27 de Novembro e, nos termos da alínea c), do nº 1, do Artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o nº 1, do Artº 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, deliberou por *maioria*, aprovar a proposta de fixação da percentagem de 4,5% na *Participação Variável de IRS*, pretendida pelo Município, relativa aos rendimentos de 2017.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Deliberação nº 29/2017

A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 27 de Novembro e nos termos das alíneas b), do nº 1, do Artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, deliberou, por *unanimidade*, aprovar a fixação da *Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)*, no valor de 0,25% a aplicar no ano de 2018, através das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo disponibilizando às referidas empresas a tabela de conversão entre números de código postal e áreas do Município de Coimbra a fornecedor pelos CTT, nos termos do n.º 5 do artigo 4.º do Regulamento n.º 38/2004, de 29 de Setembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Assinadas e aprovadas as deliberações por minuta e sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.

Irene Lino

De: Angela PintoCorreia <apintocorreia2@gmail.com>
Enviado: quarta-feira, 20 de março de 2019 12:26
Para: Assembleia Municipal
Assunto: Substituição

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra
Dr. Luis Marinho

Eu, Maria Ângela D.C. Pinto Correia, eleita na lista do Partido Socialista, não podendo comparecer na próxima sessão da AM de Coimbra, no dia 27 de março por motivo de índole profissional, solicito assim a minha substituição.

Com os melhores cumprimentos

Ângela Pinto Correia

